

F



# Relatório de Gestão 2022

H

## **- Apresentação e Resumo Histórico**

A Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória foi fundada em 1498, contando já com mais de 520 anos ao serviço da comunidade Praiense.

O seu galardão evidencia a Instituição como a “mais benemérita do concelho”. São, pois, muitos os que ao longo destas cinco centenas de anos, dedicaram de muitas formas aos que sofrem de doença, pobreza ou de exclusão social.

Como é referido na Memória Histórica desta Santa Casa (1998, pág. 10), deveremos continuar a “avançar para junto dos que necessitam de apoio, sob formas de integração plena na comunidade, distribuindo os recursos disponíveis, numa palavra promovendo a justiça social como factor e condição de cidadania”.

Neste sentido a Santa Casa da Misericórdia de Praia da Vitória é hoje uma Instituição Particular de solidariedade Social, sem fins lucrativos, que estende a sua actividade por várias áreas da solidariedade social. Embora o seu campo de acção possa transcender as áreas da chamada segurança social, os fins que, de modo principal, prosseguirão serão, efectivamente, o apoio à família, sob qualquer das formas que possa revestir, a protecção à infância, à juventude e à velhice e formação profissional.

Para dar resposta a mais de 350 utentes diários a Misericórdia conta com todo um conjunto de valências das quais realçamos: a Rede Educativa com creche, jardim-de-infância, ATL, ludoteca e centro de informática, as unidades residenciais do tipo familiar para acolhimento de crianças e Jovens, o centro de apoio integrado à mulher vítima de violência, o centro de acolhimento masculino para cidadãos em situação de sem abrigo, o projecto “Saltus” de intervenção junto dos jovens em risco, o centro de economia solidária com uma rede de micro empresas de inserção social, o núcleo de prevenção e combate à violência doméstica e o Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil. Existe ainda um sector farmacêutico com farmácia na Praia da Vitória e Posto Farmacêutico nos Biscoitos que ajuda a suportar toda a nossa missão social. Procura-se acima de tudo aprofundar e renovar os instrumentos de política social orientada para a redução da pobreza e da exclusão social, trabalhando na implementação de medidas sociais pró-activas de integração e solidariedade.



### **- Descrição das Valências**

A Santa Casa da Misericórdia de Praia da Vitória, no âmbito da sua intervenção social, integra diversas valências:

- **Educativas** - respondem às necessidades da comunidade em termos de creche, jardim-de-infância e actividades de tempos livres;

- **Acolhimento** - responde às necessidades da comunidade nas seguintes vertentes:

- **Tueri** (menores com medida de promoção e protecção).

- **Solisvita** (mulheres adultas vítimas de violência doméstica, sem abrigo, com ou sem filhos).

- **Domus Spei** (homens adultos em situação de sem abrigo).

- **Prevenção** – avalia e intervém em problemáticas psicossociais identificadas na comunidade:

- **NIPCVD** (núcleo de iniciativas de prevenção e combate à violência doméstica).

- **Saltus** (centro de actividades ocupacionais para jovens com comportamentos de risco).

- **CDIJ Fortis** (centro de desenvolvimento e inclusão juvenil).

- **ETIS-CES – Economia solidária** – desenvolve actividades económicas, proporcionando formação profissional, pessoal e social, com componente de produção e comercialização, contribuindo para a criação e manutenção de postos de trabalho;

- **Etis Bar**

- **Etis Online**

- **Circuito Arte & Prendas**

– **Actividades comerciais orientadas para as necessidades da comunidade** - suporte para a sustentabilidade dos projectos sociais:

- **Farmácia**

- **Posto farmácia**

– **Serviços Religiosos**

### **- Política da Qualidade**

#### **Missão**

A Missão da SCMPV é servir a comunidade respondendo às necessidades de cariz social, nas diferentes áreas de intervenção, assente nos valores da solidariedade, profissionalismo e confiança.

#### **Visão**

Ser uma referência na comunidade em termos de solidariedade social, com mecanismos de sustentabilidade adequados/assegurados.

#### **Valores**

- Solidariedade
- Profissionalismo
- Dinamismo
- Confiança
- Honestidade/Integridade



# **Resumo de Actividades 2022**

# Rede Educativa



## Rede Educativa

- Continuação das formações e acções de sensibilização para todos os colaboradores da rede educativa;
- Realização da festa da música e de final de ano das valências educativas;
- Cumprimento do plano educativo e respectivas actividades lúdico pedagógicas de acordo com a altura do ano lectivo (Participação no Outono Vivo, hortas pedagógicas, visitas de estudo), aulas de música, aulas de educação física;
- Moveu-se diligências para possível construção do Centro Educativo de São Lazaro;
- Arranjo do tecto do Jardim de São Lazaro;
- Arranjo de muros no parque exterior do Jardim de São Lázaro;
- Implementação da plataforma Educabiz (gestão de informações com os encarregados de educação);
- Compra de 13 tabletes para todos as salas das valências educativas (apoio Educabiz).

### Alguns dados de frequências:

Creche de São Lázaro: Média de 44 utentes mês;

Creche de Santa Rita: Média de 22 utentes mês;

Jardim de Santa Rita: Média de 33 utentes mês;

Jardim de São Lázaro: Média de 50 utentes mês;

ATL Santa Rita: Média de 25 utentes mês;

ATL/Ludoteca: Média de 57 utentes mês;

# Acolhimento, Intervenção Comunitária e Formação de Competências



## Acolhimento, Intervenção Comunitária e Formação de Competências

- Integração de utentes em cursos e actividades de aperfeiçoamento de competências pessoais e sociais;
- Comemoração do Dia Internacional da Mulher;
- Continuação da implementação do Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica;
- Realização de actividades lúdico-pedagógicas em todas as valências (artes plásticas, expressão dramática, música);
- Desenvolvimento de actividades físico-desportivas;
- Desenvolvimento de acções de formação em informática e Horticultura Biológica;
- Participação em actividades e formações da rede de apoio ao cidadão em situação de exclusão social da Ilha Terceira;
- Actividades náuticas em parceria com o Clube Naval da Praia da Vitória, continuação da implementação do projecto "Sem Amarras";
- Desenvolvimento formação em treino de competências relacionais e laborais;
- Conclusão das obras da Casa de Acolhimento da Rua da Estrela e mudança da residência feminina do TUERI;
- Compra de estufa e equipamentos de apoio ao BIO Fortis (Projecto BPI);
- Compra de portáteis para o núcleo.

### Alguns dados de frequências:

TUERI: Média de 15 utentes mês;

Domus Spei: Média de 10 utentes mês;

Solisvita: Média de 6 utentes mês;

Saltus: Média de 12 utentes mês;

CDIJ: Média de 30 utentes mês;

# Etis-CES

## Etis-CES

- Actividades horticultra, limpeza de pomares e terrenos agricolas em parceria com o centro de acolhimento masculino Domus Spei (Estufa);
- Realização de exposições no EtisBar;
- Continuidade de toda a actividade de economia social a nível do Bar, Atelier de costura e Loja de comercialização (Sanjoaninas, Festas da Praia, etc.);
- Parceria com a SATA para o aluguer da sala de formação do Etis On Line;
- Compra de portáteis para os postos de vendas da costura e da loja arte & prendas;
- Compra de 4 PC,s para a sala de formação do Etis on Line.

# Grupo Farmácia

## Grupo Farmácia

- Avaliou-se candidatura a fontes de financiamento para obras de beneficiação;
- Aquisição de equipamentos.

# Geral

## Geral

- Continuação da conservação e reparação de todo o património da Misericórdia;
- Continuou-se a mover diligências no sentido se acordar as alterações necessárias aos vários acordos de cooperação, mormente obtendo um funcionamento por utente ao valor padrão adequado e suficiente para as actuais despesas com pessoal desta instituição;

- Avaliou-se com a Direcção da Clínica Médica da Praia da Vitória a possível beneficiação do restante espaço onde funciona a Clínica, para desenvolvimento de outras actividades associadas;
- Impermeabilização de placa da Clínica;
- Continuação da implementação do RGPD;
- Jantar de Natal da SCMPV;
- Nova página institucional (em construção);
- Implementação do Canal de Denúncia.

**Pela Mesa Administrativa**

**O Provedor**

*Francisco José S. Silva Ferreira*



# **Santa Casa da Misericórdia de Praia da Vitória**

## **Demonstrações Financeiras**

**Exercício de 2022**

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Variação do património
- Fluxos de Caixa

## Balanço do período 1 a 13 de 2022

	Notas	2022	2021
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	3 793 993,16	3 931 984,16
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	5	5 764,41	5 219,56
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/associados/Membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
<b>Subtotal</b>		<b>3 799 757,57</b>	<b>3 937 203,72</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	6	306 742,31	262 367,43
Créditos a receber		171 479,56	141 380,53
Estado e outros entes públicos	10	150,88	46,40
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/associados/Membros		0,00	0,00
Diferimentos	13	22 501,72	33 017,08
Outros ativos correntes	7	58 131,48	37 804,41
Caixa e depósitos bancários	8	1 840 880,65	1 345 963,93
<b>Subtotal</b>		<b>2 399 886,60</b>	<b>1 820 579,78</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>6 199 644,17</b>	<b>5 757 783,50</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	21	3 252 817,31	3 017 521,64
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajust. / Outras variações de fundos patrimoniais	21	1 688 301,86	1 577 597,92
<b>Subtotal</b>		<b>4 941 119,17</b>	<b>4 595 119,56</b>
Resultado líquido do exercício	21	135 210,81	235 295,67
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>5 076 329,98</b>	<b>4 830 415,23</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	9	166 304,84	166 735,84
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	11	46 718,67	80 732,90
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
<b>Subtotal</b>		<b>213 023,51</b>	<b>247 468,74</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	12	202 344,01	156 598,00
Estado e outros entes públicos	10	59 121,52	57 138,90
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/associados/Membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	11	38 512,79	40 037,76
Diferimentos	13	144 306,85	107,14
Outros passivos correntes	7	466 005,51	426 017,73
<b>Subtotal</b>		<b>910 290,68</b>	<b>679 899,53</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>1 123 314,19</b>	<b>927 368,27</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>6 199 644,17</b>	<b>5 757 783,50</b>

A Mesa Administrativa


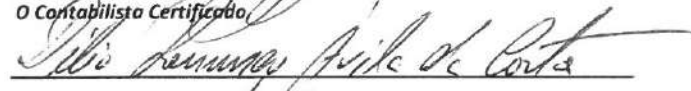
O Contabilista certificado

*Francisco J. S. D. Tranc* *Delia Amara A. Costa*  
 c/ nº 5037

## Demonstração de Resultados por Natureza do período 1 a 13 de 2022

Código de Contas		Rendimentos e Gastos	Notas	Exercícios		
Pos	Neg			2022	2021	Var %
71/72		Vendas e serviços prestados	15	2 719 184,55	2 392 274,63	13,67%
75		Subsídios, doações e legados à exploração	15/18	2 046 263,86	1 985 681,92	3,05%
73		Varição de inventários na produção		0,00	0,00	0,00%
74		Trabalhos para a própria entidade		3 435,90	1 016,00	238,18%
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14	-2 035 396,55	-1 794 616,11	13,42%
	62	Fornecimentos e serviços externos	19	-270 329,04	-236 131,00	14,48%
	63	Gastos com pessoal	20	-2 272 627,00	-2 189 446,71	3,80%
7622	652	Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
763	67	Provisões (aumentos/reduções)	9	431,00	1 354,16	-68,17%
7638/9	678/9	Provisões específicas (aumento/reduções)		0,00	0,00	0,00%
7623;7627, 653;657/8		Outras imparidades		0,00	0,00	0,00%
77	66	Aumento / reduções de JV		0,00	0,00	0,00%
7+791		Outros rendimentos	16	161 899,49	276 253,40	-41,39%
	68	Outros gastos	16	-53 122,03	-38 336,82	38,57%
		<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>299 740,18</b>	<b>398 049,47</b>	<b>-24,70%</b>
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	#####	-158 196,97	-156 236,30	1,25%
		<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>141 543,21</b>	<b>241 813,17</b>	<b>-41,47%</b>
79-791		Juros e rendimentos similares obtidos	17	0,07	0,91	-92,31%
	69	Juros e gastos similares suportados	17	-6 332,47	-6 518,41	-2,85%
86		<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>135 210,81</b>	<b>235 295,67</b>	<b>-42,54%</b>
812		Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
		<b>Resultado líquido do período</b>		<b>135 210,81</b>	<b>235 295,67</b>	<b>-42,54%</b>

A Mesa Administrativa

  
O Contabilista Certificado  
  
C/1 5037





RUBRICAS	2022	2021
Fluxo de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	4 984 038,92	4 292 813,01
Pagamentos a fornecedores	-2 392 600,02	-1 963 447,04
Pagamentos ap pessoal	-2 205 922,33	-1 934 085,71
Caixa gerada pelas operações	<b>385 516,57</b>	<b>395 280,26</b>
Pagamentos/recebimentos de imposto Iva	-80 833,95	-34 043,02
Outros recebimentos/pagamentos		
Resultados extraordinarios		
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	<b>304 682,62</b>	<b>361 237,24</b>
Fluxos de caixa das actividades de investimentos		
Pagamentos respeitante a:		
Activos fixos tangiveis	-12 904,40	-211 396,05
Investimentos Financeiros	-544,85	
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangiveis	76 534,32	
Outros activos		
Subsidios ao investimento	163 863,97	348 331,76
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	<b>226 949,04</b>	<b>136 935,71</b>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento M L P		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos (médio e longo prazo)	620,53	
Realizações de capital e de out instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuizos		
DoaçõesDiferença		
Sócios		
Outras operações de financiamento (médio e longo prazo)		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos (médio e longo prazo)	-35 539,20	-69 644,46
Juros e gastos similares	-1 796,27	-6 518,41
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento (médio e longo prazo)		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento de mlp (3)	<b>-36 714,94</b>	<b>-76 162,87</b>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento a curto prazo		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos (curto prazo)		
Outras operações de financiamento (curto prazo)		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos (curto prazo)		
Juros e gastos similares		
Outras operações de financiamento (curto prazo)		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento a curto prazo (4)		
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3+4)	494 916,72	422 010,08
Efeito das diferenças de cambio	1 345 963,93	923 953,85
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo	<b>1 840 880,65</b>	<b>1 345 963,93</b>
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo		



## ANEXO

### NORMA CONTABILISTICA E DE RELATO FINANCEIRO PARA AS ENTIDADES DO SECTOR NÃO LUCRATIVO

EXERCÍCIO DE 2022

#### 1 - IDENTIFICAÇÃO

SANTA CASA DA MISERICORDIA DA PRAIA DA VITORIA, Pessoa colectiva com o nº 512011168, é considerada Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, nos termos do nº 1 do art.º 94 do Estatuto das Instituições Particular de solidariedade Social, aprovado pelo art.º 1º do Dec. Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro, aplicado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo nº 26/84/A de 28 de Agosto, foi efectuado o registo dos estatutos desta Instituição nos termos do art.º nº 1 da Portaria nº 71/84 de 13 de Novembro, no Livro das Irmandades das Santas Casas de Misericórdia, sob o nº 14 a folhas 19.

O objecto principal é praticar a solidariedade social, concretizada nas obras de misericórdia, e realizar actos e culto católico, conforme o art.º nº 1 dos seus estatutos. Com o objectivo de angariar receitas para conseguir praticar a solidariedade, a Santa Casa é proprietária de uma Farmácia na Cidade da Praia da Vitória, e um Posto Farmacêutico na freguesia dos Biscoitos, também desenvolve actividades na área de assistência há família nomeadamente em colégios e creches, na rua de Jesus é proprietária de um imóvel onde desenvolve diversas actividades sociais, tem a sua sede na Rua do Hospital, 18 - Freguesia de Santa Cruz, Cidade da Praia da Vitória.

Por despacho conjunto de Suas Excelências o Ministro das Finanças e o Ministro da Solidariedade e Segurança Social, conforme ofício n.º 46235 de 30 de Setembro de 1996, foi reconhecida a isenção de IRC quanto às seguintes categorias, C, E, F, e G, confirmado pelo art.º 1 da Lei 9/85, que estipula o seguinte; As instituições particulares de solidariedade social, uma vez registadas nos termos dos artigos 7º. e 8.º do estatuto aprovado pelo Dec. Lei 119/85, de 25 de Fevereiro, ficam isentas de : a) Imposto de selo; b) custas Judiciais.

As notas explicativas a seguir apresentadas respeitam às demonstrações financeiras individuais.



As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Instituição opera, logo a moeda funcional. As operações em moeda estrangeira são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com a política descrita no aviso n.º 15654/2009 de 07 de Setembro.

## **2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **Referencial contabilístico**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as disposições da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo do Sistema de Normalização Contabilística (“ESNL”), emitida e em vigor em Portugal, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e publicada no Aviso n.º 8259/2015 do Diário da República, 2.ª série, n.º 146, de 29 de julho de 2015, aplicável aos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

## **3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

### **3.1 Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Santa Casa, de acordo com a convenção do custo histórico.

As demonstrações financeiras da Santa Casa são comparáveis ao longo dos exercícios económicos.

A Santa Casa reconhece os seus ganhos e perdas à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes ganhos e perdas são reconhecidos em rubricas de acréscimos e de diferimentos.

### **3.2 Imparidade de ativos**

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.



A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil.

### **3.3 Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende o seu preço de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida e sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os activos fixos tangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciable de um activo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da



quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

### **3.4 Ativos Intangíveis**

Após o reconhecimento inicial, os activos intangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

As amortizações dos activos intangíveis são calculadas de acordo com o método da linha recta, ou outro método que reflecta o modelo pelo qual se espera que os futuros benefícios económicos do activo sejam consumidos pela entidade em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito de qualquer alteração a estas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os activos intangíveis com vida útil indefinida são amortizados num período de 10 anos, sendo também sujeitos a testes de imparidade, anualmente ou quando haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

### **3.5 Provisões e passivos contingentes**

As provisões são reconhecidas quando a Santa Casa tem uma obrigação presente: i) legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário o dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Santa Casa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação, utilizando-se uma taxa antes de impostos que reflita a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.



### 3.6 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

### 3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados.

O rédito proveniente das prestações de serviços, das quotizações e das comissões é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Santa Casa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Santa Casa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.



### **3.8 Instrumentos financeiros**

#### **Reconhecimento**

A Santa Casa reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### **Mensuração**

Os seguintes instrumentos financeiros são mensurados ao custo menos perda por imparidade:

- a) Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários, incluindo os em moeda estrangeira; e
- b) Contratos para conceder ou contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, devem ser mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período. A Santa Casa não tem instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo financeiro ou passivo financeiro, desde que este seja mensurado ao custo menos perda por imparidade.

#### **Desreconhecimento de ativos financeiros**

Uma entidade deve desreconhecer um ativo financeiro apenas quando:

- a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou
- c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve desreconhecer o ativo e reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

#### **Desreconhecimento de passivos financeiros**

A Santa Casa desreconhece um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extingue, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.



### **Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes em causa correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários, vencíveis em ou a menos de três meses e que possam ser imediatamente realizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

### **3.9 Inventários**

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda. A técnica de mensuração do custo de Inventários é o valor das faturas mais todas as despesas até ao local de armazenagem.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado ou custo específico).

### **3.10 - Subsídios do Governo**

Os subsídios do Governo são reconhecidos pelo seu justo valor e apenas quando existe segurança razoável de que será recebido e que a Instituição cumprirá as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios do Governo relativos à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente registados no capital próprio e subsequentemente reconhecidos em resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos associados.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.



### **3.11 Acontecimentos subsequentes**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“*non adjusting events*”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Não ocorreram quaisquer eventos na Santa Casa suscetíveis de enquadramento no âmbito dos acontecimentos após a data do balanço.

### **3.11 - Custos com empréstimos obtidos**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incursos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva.

### **3.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Santa Casa são continuamente avaliadas, representando à data de relato a melhor estimativa da Direção, tendo em conta o desempenho, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias, se consideram ser razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. A Direção considera que quaisquer estimativas e julgamentos intrínsecos às presentes demonstrações financeiras não apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material nas quantias escrituradas dos ativos e passivos, no decurso de períodos seguintes.

As principais estimativas subjacentes nas Demonstrações Financeiras são as seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis
- Estimativas de férias e subsídios de férias do pessoal
- Provisões do exercício



#### 4. Ativos fixos tangíveis

As variações nos ativos fixos tangíveis foram os seguintes:

Rubricas	2021	Reavaliação/ajustamento	Aumentos	Depreciação	Transferências e abates	2022
<b>Activos Fixos Tangíveis</b>						
Terrenos recursos naturais	146 913,36					146 913,36
Edifícios e outras construções	5 620 137,85		38 104,98			5 658 242,83
Equipamento basico	1 168 526,20		22 864,13			1 191 390,33
Equipamento de transporte	228 117,40					228 117,40
Equipamento administrativo	103 940,63					103 940,63
Outros activos tangíveis	231 166,63		5 450,00			236 616,63
Investimentos em Curso	45 452,92				43 620,10	1 832,82
<b>Total do Activo</b>	<b>7 544 254,99</b>		<b>66 419,11</b>		<b>43 620,10</b>	<b>7 567 054,00</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>						
De Edifícios e outras construções	1 958 240,33			135 812,32		2 094 052,65
De Equipamento Básico	1 140 714,57			10 058,49		1 150 773,06
De Equipamento de Transporte	210 251,80			4 660,59		214 912,39
De Equipamento Administrativo	101 892,92			1 364,86		103 257,78
De Outros Activos Tangíveis	203 764,25			6 300,71		210 064,96
<b>Total das Depreciações Acumuladas</b>	<b>3 614 863,87</b>			<b>158 196,97</b>		<b>3 773 060,84</b>
<b>Activo Líquido</b>	<b>3 929 391,12</b>		<b>66 419,11</b>	<b>158 196,97</b>	<b>43 620,10</b>	<b>3 793 993,16</b>

As taxas médias de depreciação são as seguintes:

Rubricas	Taxa média
Edifícios	2,00%
Equipamento Básico	12,50%
Equipamento Administrativo	33,33%
Outros AFT	entre 10% e 25%

#### 5 - Investimentos Financeiros

Rubricas	2021	Aumentos	Depre/Recup	2022
Outros ativos Financeiros	5 219,56	5 44,85		5 764,41
Depreciações Acumuladas				
<b>Ativo Líquido</b>	<b>5 219,56 €</b>			<b>5 764,41</b>



## 6 - Inventários

O detalhe dos inventários a 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

### Inventários

	Mercadorias	Mat.prima,subsid. E mat. Diversos
Existências Finais	247 920,04	14 447,39
Existências Iniciais	292 209,50	14 532,81
<b>Variação das Existências</b>	<b>-44 289,46</b>	<b>-85,42</b>

## 7 - Outra contas a receber e a Pagar

	Debito	Credito
Fornecedores de Investimentos	14 898,32	
Dev/cred p/acrescimos de Gastos		383 422,22
Utentes do Tueri		38 796,86
Fundo de Maneio	2 810,61	
Outros Dev. E Credores		5 226,9
<b>Totais</b>	<b>17 708,93</b>	<b>427 445,98</b>

## 8 - Caixa e equivalentes de caixa

O detalhe da rubrica de disponibilidades é o seguinte:

### Disponibilidades

Designação	Caixa	Depositos
Saldo Final	4 007,78	1 055 253,43
Saldo Inicial	3 993,90	1 341 970,03
<b>Variação</b>	<b>13,88</b>	<b>-286 716,60</b>



## 9 - Provisões e ajustamentos

O desenvolvimento da conta de Provisões é o seguinte:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
29,1 Impostos				
29,2 Garantias a clientes				
29,3 Processos judiciais em curso				
29,4 Acidented de Trabalho e doenças				
29,6 Contratos onerosos	166 735,84		431,00	166 304,84
29,7 Reestruturação				
29,8 Outras provisões				
<b>Totais</b>	<b>166 735,84</b>		<b>431,00</b>	<b>166 304,84</b>

O valor reconhecido corresponde às responsabilidades estimadas com um dos utentes, que doou os seus bens à Instituição em troca dos seus cuidados até ao momento da sua morte.

## 10 - Estado

O desenvolvimento das contas do Estado

Designação	2022	2021
<b>Activo</b>		
IRC - Retenções na Fonte		
IRC - Pagamento por conta		
Imposto de selo sacos plasticos	150,88	46,40
<b>Passivo</b>		
IRC - Imposto estimado		
IRS - Trabalho Dependente	10 330,39	10 391,52
IRS - Trabalho profissional	69,83	126,57
IRS - Predial	270,87	309,57
Imposto de selo sacos plasticos		
IVA - Imposto valor acrescentado	4 223,48	3 692,67
Segurança social	44 226,95	42 618,57
<b>Saldo</b>	<b>-58 970,64</b>	<b>-57 092,50</b>



## 11 - Financiamentos

O desenvolvimento das contas de financiamentos obtidos é o seguinte:

Designação	2021	Aumentos	Reduções	2022
<b>Fornecedores</b>	<b>156 591,54</b>	<b>45 752,47</b>		<b>202 344,01</b>
Farmácia	127 158,91	5 066,23		132 225,14
Outros	29 432,63	40 686,24		70 118,87
<b>Instituições Bancárias NBA</b>	<b>92 465,02</b>		<b>17 594,94</b>	<b>74 870,08</b>
Curto Prazo	22 093,50		15 586,44	6 507,06
Médio e Longo Prazo	70 371,52		2 008,50	68 363,02
<b>LIVRANÇAS MG</b>	<b>17 944,36</b>		<b>7 582,98</b>	<b>10 361,38</b>
Curto Prazo	17 944,36		7 582,98	10 361,38
Medio e Longo Prazo				
<b>Total</b>	<b>267 000,92</b>	<b>45 752,47</b>	<b>25 177,92</b>	<b>287 575,47</b>

## 12 - Outras Contas a Receber e a Pagar

Plano Contas	Entidades	Saldos
271	Fornecedores de Imobilizado	12928,20
272102	Subsidio Educação	32400,00
272212	Remunerações a liquidar	-407 744,73
27221914	Correcção retroativos	-3 300,00
27221916	Salão Teatro Praiense	-4 777,49
27811083	Èrica Silva	479,49
27811999	Diversos Utentes Tueri	-39 276,35
2782103	Sindicatos	333,68
2782105	Protocolo cpcj 9036 Valéria	-5 540,77
2787	Fundo Maneio	2 810,61
27870029	Daniela Quadros	1 968,19
2788	Irmãos da Santa Casa	-60,00
27890012	Donativos ASTP	-650,00
2789007	Restituição Iva	2 278,68
2789998	Diferenças Resumos de Vendas	-1 513,93
<b>Total</b>		<b>-409 664,42</b>



### 13 - Custo das Vendas

#### Desenvolvimento do custo das mercadorias vendidas

Designação	Mercadorias	Mat. Primas, subsid. E mat. Diversos
Existências iniciais	247 920,04	14 447,39
Compras	1 898 515,66 €	187 541,05
Regularização de existências	-6 285,28 €	
Existências finais	292 209,50	14 532,81
<b>Custos no exercício</b>	<b>1 847 940,92</b>	<b>187 455,63</b>

### 14 - Rédito

#### Desenvolvimento dos réditos operacionais

Designação	2022	2021
Vendas	2 484 817,82	2 173 732,26
Serviços prestados	234 366,73	218 542,37
Subsídios à exploração	2 046 263,86	1 870 396,00
<b>Total</b>	<b>4 765 448,41</b>	<b>4 262 670,63</b>

### 15 - Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transacções são facturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

O detalhe é o seguinte:



### Desenvolvimento de outros gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Outros gastos e perdas	Exercícios		Outros rendimentos e Ganhos	Exercícios	
	2022	2021		2022	2021
681-Impostos	177,00	50,00	781-Rend Suplementares		5 670,36
682-Desc Concedidos			782-Descontos p.p. obtidos	14 368,93	15 441,42
683-Dívidas incobráveis			783-Recuper dívidas a receber		
684-Perdas em inventários	4 289,44	4 040,25	784-Ganhos em inventários	560,00	
685-Perdas em subsidiárias			785-Rend ganhos em subsidiar		
686-Gastos invest financeiros			786-Rend activos financeiros		
687-Gastos invest n/financeiros			787-Rend invest n/financeiros	76 534,32	77 034,32
688-Outros	48 655,59	34 246,57	788-Outros	69 815,71	176 402,1
<b>Outros gastos e perdas</b>	<b>108 156,93</b>	<b>236 211,50</b>	<b>Outros rendimentos e ganhos</b>		
<b>Total</b>	<b>161 278,96</b>	<b>274 548,32</b>	<b>Total</b>	<b>161 278,96</b>	<b>274 548,32</b>

#### 16 - Custos com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incursos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efectiva.

### Desenvolvimento dos gastos e rendimentos financeiros

Exercícios		Juros, e outros Rendimentos	Exercícios	
2022	2021		2022	2021
1 796,27	1 978,72	791-Juros obtidos	620,53	1 705,08
		792-Dividendos obtidos		
		793-		
4 536,20	4 539,69	798-Outros	0,07	0,91
		<b>Resultados Financeiros</b>	<b>5 711,87</b>	<b>4 812,42</b>
<b>6 332,47</b>	<b>6 518,41</b>	<b>Total</b>	<b>6 332,47</b>	<b>6 518,41</b>



## 17 - Subsídios do Governo

### Subsídios

Designação	2022	2021
Subsídios ao Investimento		348 331,76
Subsídios á Exploração	2 015 645,73	1 985 681,92
Doações	30 618,13	16 093,37
<b>Total</b>	<b>2 046 263,86</b>	<b>2 350 107,05</b>

A entidade reconhece os montantes associados aos subsídios ao investimento na conta 75 e não na conta 788.

## 18 - FSE

### Desenvolvimento da conta Fornecimentos e serviços externos

Designação	2022	2021
Fornecimentos e serviços externos	<b>270 329,04</b>	<b>236 131,00</b>
Serviços especializados	<b>103 248,63</b>	<b>88 974,55</b>
Trabalhos especializados	31 576,55	29 852,16
Publicidade e propaganda	7 009,13	1 554,85
Vigilância e segurança	2 676,77	967,40
Honorários	15 158,80	16 729,97
Conservação e reparação	28 658,53	21 967,63
Outros	18 168,85	17 902,54
<b>Materiais</b>	<b>19 747,26</b>	<b>18 453,20</b>
Ferramentas e utensílios	12 325,56	11 030,50
Livros e documentação técnica	573,46	532,82
Material de escritório	5 184,69	5 956,76
Artigos para ofertas	1 603,45	933,12
Outros	60,10	
<b>Energia e Fluidos</b>	<b>61 546,76</b>	<b>54 701,23</b>
Electricidade	36 917,41	36 011,17
Combustíveis	22 266,05	17 796,64
Água	2 363,30	893,42
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>1 335,80</b>	<b>712,00</b>
<b>Serviços diversos</b>	<b>84 450,59</b>	<b>73 290,02</b>
Rendas e alugueres	35 327,97	40 395,80
Comunicações	17 680,20	14 131,59
Seguros	10 665,17	8 154,12
Contencioso e Notariado	17,00	674,99
Despesas de representação	10 567,68	2 010,14
Limpeza, higiene e conforto	10 192,57	7 923,38
Outros		
<b>Total</b>	<b>270 329,04</b>	<b>236 131,00</b>



## 19.- Gastos com Pessoal

O detalhe de gastos com pessoal é o seguinte:

Designação	2022	2021
Remunerações do Pessoal - Vencimentos	1 356 456,45	1 300 068,37
Remunerações do Pessoal - S. Férias	142 390,82	122 995,04
Remunerações do Pessoal - S. Natal	124 261,83	114 509,27
Remunerações do Pessoal - S. Alimentação	102 181,57	95 717,12
Remunerações do Pessoal - Horas Extras	44 759,10	50 537,01
Remunerações do Pessoal - Sub. De Turno	48 782,30	43 812,60
Remunerações do Pessoal - Sub. Transporte	3 486,89	3 486,89
Remunerações do Pessoal - Abono para Falha	550,00	530,00
Remunerações do Pessoal - Isenção Horário	4 352,68	7 228,83
Remunerações do Pessoal - Prémios/Gratific.	12 334,88	12 085,48
Vencimentos eventuais	18 170,15	6 613,40
Remunerações do Pessoal - Outros	325,26	7 634,92
Encargos sobre Remunerações - Pessoal	404 239,52	407 324,20
FGCT - Fundo Garantia Compensação Trabalho	130,91	77,36
Seguro de acidentes no trabalho	10 179,64	11 456,12
Outros Gastos com o Pessoal	25,00	5 370,10
<b>Total</b>	<b>2 272 627,00</b>	<b>2 189 446,71</b>

O número médio de colaboradores em 2022 foi de 107, (2020 - 109).

## 20. - Movimentos nos Fundos Patrimoniais

Rubricas	Posição início do Período N-1	Aumentos	Diminuições	Posição dos Fundos Próprios
51 - Fundos Próprios	3 017 521,64	235 295,67		3 252 817,31
53 - Prestações Suplementares				
56 - Reserva Legal				
59 - Outras Variações dos Fundos Próprios	1 577 597,92	110 703,94		1 688 301,86
88 - Resultado líquido do exercício	235 295,67	135 210,81	235 295,67	135 210,81
<b>Total</b>	<b>4 830 415,23</b>	<b>481 210,42</b>	<b>235 295,67</b>	<b>5 076 329,98</b>



**21. - Acontecimentos após a data do balanço**

Não ocorreram acontecimentos após a data de balanço que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais para além do que já está refletido nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 30/03/2022.

O Contabilista Certificado,

*Diogo Corte*  
C/1015037

O Provedor,

*François Fonseca*

# Contas de Gerência de 2022

## Parecer Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reuniu no Salão Nobre da Sede Social da Santa Casa da Misericórdia, na cidade da Praia da Vitória, pelas 11h do dia 28 de março de 2023 para análise e emissão de parecer, com base na apreciação dos quadros e demais elementos fornecidos, pela gestão e responsável contabilístico da Instituição, referentes ao ano de 2022.

As contas respeitantes ao exercício de 2022 apresentam-se, formalmente, conforme as normas aplicáveis, revelando uma louvável preocupação de fornecer todos os elementos informativos sobre a vida económica e financeira da Instituição, tendo os responsáveis pela gestão respondido de forma satisfatória a todas as dúvidas suscitadas pelo Conselho Fiscal.

O Resultado Líquido da Exploração da Santa Casa da Misericórdia, segundo as contas apresentadas, situou-se, a 31 de dezembro de 2022, em 135.210,81€, o que para além do seu excelente significado absoluto, resulta também do competente trabalho desenvolvido pela Mesa Administrativa e pelos seus Quadros Superiores.

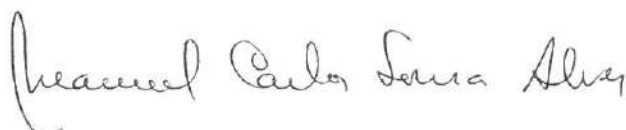
Felizmente que os recentes aumentos dos bens necessários ao regular funcionamento das instituições desta natureza, não refletem uma significativa diminuição de receitas ficando, tal facto, a dever-se a uma gestão pautada pelo equilíbrio e rigor.

No que respeita ao Balanço, importa realçar que a Santa Casa, para além de cumprir com regularidade para com os seus fornecedores, continua a apresentar uma situação equilibrada e muito saudável para poder enfrentar quaisquer imprevistos que venham a ocorrer.

Os valores apurados no exercício do ano transato, de acordo com os documentos apresentados, revelam um magnífico Resultado Líquido de Exploração a par do excelente trabalho desenvolvido pela Mesa Administrativa, dos seus Quadros Superiores e Colaboradores pelo que, o Conselho Fiscal dá parecer favorável às contas de gerência referentes a 2022 e recomenda a sua aprovação pela Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória.

Praia da Vitória, 29 de março de 2023

Pelo Conselho Fiscal



## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PRAIA DA VITÓRIA (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2022 (que evidencia um total de 6.199.644,17 euros e um total de capital próprio de 5.076.329,98 euros, incluindo um resultado líquido de 135.210,81 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PRAIA DA VITÓRIA em 31 de Dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades e contas nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de

## ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO, SROC. LDA

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 318 / CMVM 20170016

---

auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

**ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO, SROC. LDA**

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 318 / CMVM 20170016

---

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

**Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 29 de Março de 2023



ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

representada por José Francisco Antunes Rodrigues

ROC nº 998